

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO VII - 2 DE FEVEREIRO DE 2018

PRIMEIRO TURNO DE ELEIÇÃO PARA CA DA PETROBRÁS VAI ATÉ DOMINGO

Termina neste domingo (4) o primeiro turno das eleições para a escolha do representante dos trabalhadores no Conselho de Administração (CA) da Petrobrás. Ao todo, 40 candidatos concorrem ao cargo no Conselho, que tem mandato de dois anos. A FUP e seus sindicatos apoiam a candidatura do petroleiro **Danilo Silva – 1001**.

A candidatura de Danilo está comprometida em ouvir e levar a voz dos trabalhadores nas reuniões do Conselho Administrativo da empresa, prezando pela defesa dos interesses e direitos da categoria.

Para isso, o candidato propõe fazer uma gestão itinerante, percorrendo uma planta industrial e um escritório da Petrobrás a cada mês para ouvir o que trabalhadores têm a dizer.

"Será uma oportunidade de diálogo olho no olho com os trabalhadores em seus locais de trabalho. Montaremos e divulgaremos o calendário de viagens logo após a posse", afirmou Danilo.

Além disso, ele aposta na união da categoria para o fortalecimento da mesma. "Iremos buscar apoio e diálogo permanente com todas as entidades que representam nossa força de trabalho, sindipetros, FUP, AEPET, FNP e outras próximas aos trabalhadores e à Petrobrás. Esse mandato será marcado pela construção coletiva e diálogo permanente, independentemente de preferências pessoais ou políticas", completou.

A eleição em segundo turno acontecerá entre 3 e 11 de março. Apenas trabalhadores da ativa participam do processo eleitoral e o **Sindipetro/MG** reforça a importância da votação para garantirmos uma representação comprometida com os interesses da classe trabalhadora.



Propostas de Danilo Silva para Conselho Administrativo da Petrobrás

Dar voz aos trabalhadores perante o CA da Petrobrás

Danilo propõe transformar o assento dos trabalhadores no CA da empresa em um canal permanente de participação de todos nas decisões da companhia. Isso será feito com um mandato itinerante, visitando uma vez por mês uma planta industrial e um escritório da Petrobrás para ter a oportunidade de diálogo olho no olho com os trabalhadores em seus locais de trabalho. Caso eleito, um calendário de viagens será elaborado logo após a posse.

Destinar remuneração para contratar consultorias

Danilo Silva se compromete a usar a remuneração de conselheiro para custear a organização do mandato e contratar duas assessorias especializadas: uma econômica-financeira e outra jurídica. "As duas consultorias são muito importantes para que o representante dos trabalhadores tenha o melhor suporte e a melhor argumentação para debater – e se contrapor, quando necessário – todos os temas que serão discutidos pelo Conselho.

Compromisso com temas trabalhistas e funcionais

Embora o Estatuto do Conselho impeça o representante dos trabalhadores de votar em questões trabalhistas e salariais, Danilo Silva se compromete a levar aos demais conselheiros as sugestões, reclamações e posições dos trabalhadores da companhia, argumentando com o fundamento necessário para que os demais votem levando em consideração a vontade da maioria. Isso é muito importante: o representante dos trabalhadores pode não votar, mas pode e deve defender o interesse da maioria junto aos demais conselheiros.



EDITORIAL

ACT: um escudo contra os ataques de Temer

E a agenda do golpe não para de avançar sobre a classe trabalhadora brasileira. Após o congelamento de gastos públicos em saúde e educação, o fim da CLT, a tentativa de acabar com a previdência pública e as privatizações desenfreadas, Temer agora aponta sua mira na direção dos planos de saúde de servidores públicos e de estatais.

Na semana passada, o governo golpista anunciou, por meio de uma resolução do Ministério do Planejamento, que irá implantar um sistema paritário de contribuição nos serviços de assistência à saúde nesses setores. Isso significa que empresas e funcionários terão de dividir, em partes iguais, os custos com a manutenção dos planos de saúde. Atualmente, as estatais federais pagam uma parcela maior que seus empregados - 75% do custeio, em média.

A medida, justificada pelo governo como uma forma de gerar economia para essas empresas, também prevê a exclusão do benefício para novos empregados.

Graças ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2019 dos petroleiros, conquistado após mais de quatro meses de negociações entre a FUP e a empresa, os trabalhadores de todo o Sistema Petrobrás estão protegidos dessa medida nos próximos dois anos.

A cláusula 31 do ACT garante que "o custeio de todas as despesas com o Programa de AMS será feito através da participação financeira da Petrobras e dos Beneficiários, na proporção de 70% (setenta por cento) dos gastos cobertos pela Companhia e os 30% (trinta por cento) restantes pelos beneficiários, nas formas previstas neste Acordo Coletivo de Trabalho".

Apesar da garantia prevista no Acordo, uma importante vitória em um momento tão difícil para os trabalhadores, a categoria petroleira já vem sofrendo com um intenso processo de sucateamento da AMS, seja em seu atendimento ou em sua rede credenciada.

Fica evidente, portanto, que há uma ação articulada de Temer e sua quadrilha para a retirada de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora brasileira. Diante desse cenário de incertezas e retrocessos, a manutenção do nosso ACT vai se revelando cada vez mais valorosa para a categoria petroleira.

Petros quer cobrar equacionamento em março

Na última terça-feira (29), a Petros informou que o desconto dos valores relativos ao equacionamento do Petros 1 será realizado a partir de março. A FUP e seus sindicatos, inclusive o Sindipetro/MG, já tinham entrado com Ações Cíveis Públicas ainda no ano passado solicitando a suspensão do pagamento até a apuração das causas do déficit ou, pelo menos, que o equacionamento fosse feito pelo valor mínimo.

Três dessas ações já tiveram decisões favoráveis aos beneficiários e assistidos do Petros 1: uma do Sindipetro Unificado de São Paulo, uma do Sindipetro São José dos Campos e outra no Rio Grande do Norte. Tanto no Unificado quanto no RN foram deferidas liminares suspendendo o início da cobrança e determinando que o plano de equacionamento seja feito pelo mínimo e não pelo teto, como aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros.

Esse anúncio da Petros de iniciar a cobrança apesar das liminares, que no entendimento da FUP são válidas para os petroleiros de todo o País, provoca também uma divisão inédita da categoria. Isso porque, segundo a gerência jurídica da Petros, no caso dos dois sindicatos do estado de São Paulo, como são sindicatos de bases regionais, somente os atuais associados a esses dois sindicatos e que têm residência no estado de São Paulo estariam isentos, por hora, dessas contribuições extras. Aqueles que vierem a se filiar posteriormente não estariam abrangidos pelas decisões.

No entanto, caso a Petros consiga caçar as liminares, posteriormente, as contribuições adicionais não descontadas seriam cobradas retroativamente.

ACP DO SINDIPETRO/MG

Em outubro do ano passado, o Sindipetro/MG ingressou com uma Ação Civil Pública pedindo a suspensão do plano de equacionamento da Petros, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da empresa, e solicitando que a cobrança fosse feita pelo mínimo permitido em lei.

Os advogados do Sindicato já estiveram na 28ª Vara Cível de Belo Horizonte, onde tramita a ação, por quatro vezes para despachar o processo com o juiz. No entanto, até agora o pedido ainda não foi analisado.

A ação pode ser consultada pelo site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (www.tjmg.jus.br) com o número: 5157049-17.2017.8.13.0024

INFORMES

Recesso de Carnaval

Informamos que durante os dias 12, 13 e 14 de fevereiro não haverá atividade na sede do Sindipetro/MG em função do Carnaval. Voltaremos com o funcionamento normal na quinta-feira (15), das 9h às 18h.



VOZ DA BASE

**A coluna Voz da Base foi criada pelo Sindipetro/MG para receber reclamações, denúncias, sugestões e elogios da categoria petroleira de Minas Gerais relacionados à rotina de trabalho. As contribuições devem ser enviadas para o e-mail imprensa@sindipetromg.org.br ou passadas a um dos diretores do Sindicato.*

"Hoje a sorte do Brasil começou a melhorar". Essa foi a frase que eu escutei em abril de 2016, logo após a seção presidida pelo Eduardo Cunha receber os 342 votos necessários para abertura do impeachment da Dilma por crime de responsabilidade. Reconheço que ouvi com descrédito, mas nessa altura do campeonato já estava evitando discussões acaloradas. Prefiro que a história se encaminhasse de mostrar a verdade.

Nos 20 meses que se sucederam, a história foi sendo tecida. Eduardo Cunha foi preso, o que comprovou o que eu já sabia. As articulações políticas ilegais que levaram ao impeachment, inclusive a criação de um crime de responsabilidade inexistente no ordenamento jurídico nacional nada mais era que uma tentativa de escapar da cadeia. Não funcionou para ele. Mas colocou o País na mão de um vice decorativo. Eduardo Cunha elegeu um presidente, e jogou a vontade de 53 milhões de brasileiros no ralo. O que eu vi em seguida foi o "crime" sendo claramente legislado pelos mesmos deputados, afinal inventar um crime colocava o País numa insegurança jurídica sem precedentes.

Em seguida vi, nesses 20 meses o desemprego aumentando (significativamente), a fome batendo à porta de milhões, vi também dois senadores inocentados com prova, com Polícia Federal, com gravações legais no Jornal Nacional, com mala de dinheiro, com Supremo, com tudo, vi o avião de um juiz da suprema corte, que tinha uma lista com mais de 150 políticos envolvidos em um esquema de corrupção e estava prestes a divulgar para o País, cair inexplicavelmente no mar, matando todos os integrantes. E nunca vi a lista aparecer...

Vi o presidente do Cunha pagando bilhões de reais, isso mesmo, bilhões com o meu e o seu dinheiro para os mesmos 513 deputados arquivarem duas denúncias contra os crimes que ele cometeu, com cópia de cheque nominal a ele do setor de propina estampado em todos os jornais e mala de R\$ 500 mil rastreada entregue ao seu assessor com imagens nos jornais da manhã, tarde e noite. Eu vi a mala. Vi sim, eu vi... Vi uma lei trabalhista ser reformulada, deixando a mercê dos patrões 100 milhões de brasileiros. Vi o trabalho escravo sendo legalizado no País, mesmo com protestos de órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Vi R\$ 53 milhões, de origem inexplicada pegos pela Polícia Federal, em apartamento de ministro, caso também estampado em todos os jornais, todos. E era uma sala inteira cheia de dinheiro. E não "rolou" nada. Vi senador levando mala de R\$ 2 milhões e mandando matar primo para não fazer delação sendo reconduzido cordialmente ao cargo. Vi a gasolina subir 30% em 115 aumentos consecutivos para pagar bancada ruralista, que tem o presidente do País como refém.

Vi o Dudu [Eduardo Cunha] lá na cadeia nomeando ministro da Justiça porque, afinal, foi ele que elegeu o presidente. Vi o déficit do orçamento bater recordes históricos, por dois anos consecutivos. Vi governo conspirando e acertando de pagar R\$ 49 bilhões para deputados e senadores aprovarem uma reforma previdenciária que garante que você, eu, e todos os brasileiros morram sem se aposentar, mesmo eu pagando há 15 anos 11% do meu salário pelo meu direito de aposentar um dia. Mas isso não importa,

afinal tem gente que pagou 11% do salário por 30 anos e vai morrer sem aposentar também... Vi tudo isso, na verdade não só vi, eu acompanhei. Em todos os jornais.

Mas o que me chamou mais a atenção não foi o contar da história, porque ela não me surpreendeu em nada, pelo contrário, isso tudo eu já esperava em abril de 2016. O que me chamou mais a atenção foi a frase que eu ouvi hoje: "Hoje a sorte do Brasil começou a melhorar". A última vez que eu ouvi que a sorte do Brasil tinha começado a melhorar pela foi há 20 meses e hoje escutei essa frase de novo. Diante disso, eu não sei se eu torço pela gasolina chegar a R\$ 20 o litro e, se você não puder pagar que venda o seu carro, e se não tiver ninguém para comprar que abra um negócio de exportação de carros usados de brasileiros para a África; ou se eu torço para uma caça às bruxas do Judiciário buscando o primogênito de todas as famílias e levando para a fogueira. O fato é que agora tô vendo Justiça condenando sem provas, a mesma Justiça que absolve com gravação, com mala de dinheiro rastreada, com cheque nominal do setor de propina, com tudo. Os mesmos. Cadê a escritura do triplex? Cadê, gente?. Dá mesmo para acreditar nesses caras? Ou será que todos são uma cambada de "Eduardos Cunhas" que julgam e condenam com ou sem crimes apenas porque estão tentando se livrar da cadeia ou, quem sabe, da ira das manchetes?

Mas, o Brasil nunca esteve tão certo: hoje a nossa sorte começou a melhorar!!!

Boa sorte.

André Zocrato - técnico de operação da Regap

FUP garante na justiça mandato de Fabiana

A direção da Federação Única dos Petroleiros (FUP) conquistou o mandato de um ano no Conselho de Administração da Transpetro para a petroleira Fabiana dos Anjos, eleita pelas trabalhadoras e trabalhadores em agosto do ano passado.

No dia 25 de janeiro foi deferido pelo Juiz da 22ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro "o direito da autora

usufruir integralmente do seu mandato pelo prazo de um ano a contar da data de sua posse".

Embora tenha sido eleita para o cargo de representante dos empregados no CA da Transpetro, a posse da petroleira foi realizada somente após muito debate entre a FUP e a empresa, no final de dezembro.

Este seria mais um golpe que a atual

gestão da empresa queria dar nos trabalhadores, que foi revertido pelo jurídico da Federação.





ACORDO DE PLR É VÁLIDO ATÉ 2019

Na terceira e última reunião com a Petrobrás sobre a Participação dos Lucros e Resultados (PLR), realizada em 29 de janeiro, a FUP não aceitou nenhuma mudança proposta pela empresa e reafirmou o que prevê o Acordo de Regramento da PLR, cuja vigência é até 14 de fevereiro de 2019. O acordo foi assinado em 2014 e é válido por cinco anos, com revisões a cada dois anos.

Segundo o coordenador geral da FUP, José Maria Rangel, a PLR 2018 deve ser paga em 2019 e será sobre o acordado no regramento vigente. “Não aceitamos as proposições da companhia, mas queremos discutir a empresa como um todo e propusemos aos gestores de RH um calendário”.

Durante as negociações, a empresa não deixou clara sua proposta de mudança para o regramento da PLR. Apenas indicou que ela seria composta por seis indicadores, na seguinte ordem de importância: Margem Ebitda; Fluxo de Caixa Livre (FCL); Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG), Custo de Extração (Brasil + Exterior), Volume de Petróleo e



Derivados Vazados (VAZO) e Custo Operacional do Refino (COR).

Para José Maria os indicadores apresentados estão alinhados com os interesses da atual direção da Petrobrás: uma empresa de escritório, preocupada somente em garantir

rentabilidade ao mercado financeiro. Ainda conforme ele, os indicadores propostos vem em uma linha de valorização de índices financeiros em detrimento de índices relacionados à produção, fruto do esforço diário da categoria petroleira.

Parente veio para acabar com a PLR

Nos últimos três anos, os petroleiros não receberam PLR - a última foi em 2014. Entre as justificativas da empresa para o não pagamento é que a houve prejuízo em razão da corrupção denunciada pela operação Lava Jato. Entretanto, há controvérsias.

Um dos fatos que aponta que o prejuízo da empresa não está relacionado à corrupção é que, com a nova política de preços adotada por Pedro Parente em 2016, a companhia teve uma queda de receita de 12% (mais de R\$ 35 bilhões) em relação a 2015. Ao permitir a entrada de importadores de derivados no mercado brasileiro, a empresa reduziu sua participação e, consequentemente, seus lucros.

Outro ponto contraditório são os impairments - ajustes contábeis que consideram a deterioração de ativos

em comparação a valor de venda. Nos últimos três anos, a empresa perdeu R\$ 112,4 bilhões com impairments, 18 vezes mais do que as perdas estimadas com a corrupção desde o início da operação Lava Jato (R\$ 6,6 bilhões).

Ou seja, duas práticas adotadas pela própria empresa visam reduzir seu lucro, e consequentemente prejudicar os trabalhadores. Além disso, a Petrobrás, que chegou a ter suas ações vendidas a R\$ 4,80 e enfrentou dificuldades em razão do preço do barril do petróleo no mercado internacional (que chegou a ser vendido por menos de US\$ 40 em 2016 e hoje está sendo negociado por US\$ 69), agora tem ações a R\$ 19,84 (dados de quarta-feira (26), data de fechamento deste jornal).

Além disso, a própria PLR de 2017 está ameaçada por um acordo feito

com investidores americanos, acionistas e detentores de títulos da estatal. Esse acordo de US\$ 2,95 bilhões - equivalente a R\$ 10 bilhões - foi anunciado pela Petrobrás no dia 3 de janeiro, mas deve ser contabilizado ainda no balanço de 2017. Isso pode fazer com que a empresa tenha prejuízo e, novamente, não pague PLR aos petroleiros.

